

O Sistema Partidário do Rio Grande do Sul de 1835 a 2014.

Augusto Neftali Corte de Oliveira
Doutor em Ciência Política, Pesquisador em Ciência Política da FEE

Resumo: Este artigo apresenta a longa trajetória do sistema partidário gaúcho, de seus antecedentes na primeira metade do século 19 aos dias atuais. Reconstruindo conexões que ultrapassaram as grandes crises políticas e as transformações institucionais que marcaram esses 179 anos, mostra como as raízes dos antigos partidos se fizeram presentes nos novos. Identifica as características centrais das diferentes configurações dos mercados políticos gaúchos, explorando a presença de competitividade entre as agremiações e os limites a ela impostos. Neste esforço são utilizadas fontes secundárias (pesquisas históricas) e dados estatísticos referentes às eleições e à composição do parlamento gaúcho. Na República (pós 1889) são contados seis sistemas partidários com características especiais no Rio Grande do Sul. Assim, o artigo apresenta um amplo panorama dos sistemas partidários que atravessaram a história do Rio Grande do Sul.

Introdução

Esta pesquisa apresenta uma investigação histórica que sintetiza e esquematiza a trajetória da vida partidária e de suas formações (sistemas partidários) no Rio Grande do Sul, de 1835 até 2014. São apresentadas objetivamente as principais agremiações de cada período e os movimentos de articulação e rearticulação que atravessam os diferentes períodos, alguns dos quais marcados com inegáveis interrupções institucionais. Vale-se de fontes secundárias, especialmente do campo da história, bem como de dados extraídos dos registros eleitorais e dos anais das diferentes configurações do parlamento do Rio Grande do Sul. O desenvolvimento da pesquisa levou à identificação de seis diferentes sistemas partidários no Rio Grande do Sul republicano, sem considerar as formações do período do Império.

Havendo a necessidade de colocar um ponto inicial no estudo da trajetória política/partidária no Brasil, geralmente se adota a redemocratização após o final do Estado Novo, com as eleições de 1945. Duas razões corroboram com esta abordagem. Primeiro, apenas após o Estado Novo surgiram verdadeiros partidos nacionais na política brasileira. Durante a República Velha (1889-1930), com a ressalva de experiências que não foram bem sucedidas, os sistemas partidários não ultrapassavam os limites dos estados. Em segundo lugar, durante a República Velha – e mesmo durante o Império – seja por questões estruturais da sociedade brasileira, seja por conta de limitações do sufrágio, é corrente a leitura de que as experiências de disputa partidária eleitoral não possuíam legitimidade democrática pelos critérios contemporaneamente adotados. Inobstante, as raízes do sistema partidário gaúcho são mais longevas, existindo nos partidos de 1945 traços das agremiações que nos primeiros anos da República bateram-se na Revolução Federalista. Voltando mais um passo, durante o Império já são encontradas as raízes daqueles partidos, seja nos primórdios de suas organizações ou no encadeamento de líderes, intenções e bandeiras.

A primeira seção apresenta alguns rudimentos conceituais que embasaram a pesquisa, em especial para identificação dos cortes nos sistemas partidários do Rio Grande do Sul. A seção 2 esboça os antecedentes do sistema partidário inaugurado na República, ou seja, durante o Império. Entre as seções 3 e 8 são exploradas as configurações partidárias que decorrem a partir da proclamação da República até a eleição geral de 2014. A seção 9 discute a proposição dos seis cortes de sistemas partidários no período republicano, problematizando suas características centrais a partir dos elementos teóricos antes referidos. Em conclusão, sumariza os achados precedentes.

1. Elementos teóricos para análise dos sistemas partidários

O sistema partidário é parte constitutiva e importante das democracias representativas liberais contemporâneas, a qual, no entanto, possui outras características essenciais que transcendem o mundo dos partidos políticos. A visão mais aceita dos limites mínimos e realizáveis do ideal democrático foi estabelecida por Dahl (1997) sob o nome de poliarquia. O autor pensa em dois eixos do processo de democratização: (a) a inclusão política, ou seja, a proporção dos indivíduos que são parte do corpo político e pode participar de maneira equitativa do processo político; e (b) a abertura para contestação ao exercício do poder pelo governante, ou seja, o grau de liberdade que aqueles que dissentem das políticas públicas possuem de manifestar, organizar e apresentar à apreciação dos concidadãos uma alternativa de oposição.

A competição entre partidos políticos pelo voto dos cidadãos em eleições periódicas é a forma principal pela qual tem se realizado, nos diferentes países considerados democráticos, a conexão entre os interesses e opiniões dos cidadãos (em uma situação de relativa igualdade) e a gestão em última instância da política pública. Um sistema partidário funcional para manifestação das preferências, portanto, torna-se uma variável da dimensão de abertura para a contestação do poder. Pensando em termos mais focados sobre a contribuição do sistema de partidos para o exercício de oposição (e da conexão cidadão/política pública) nos sistemas políticos, Sartori (1982) apresenta uma sistematização com grande acuidade de proposições basilares lançadas por atores anteriores como Downs e Duverger. Sucintamente, pode-se adotar algumas das características preliminares destacadas por Sartori para o estudo do sistema partidário gaúcho (já que os conceitos articulados de sua teoria demandariam um esforço de pesquisa que extrapola os limites do presente estudo, como aspectos concernentes à ideologia das agremiações ou seu fracionamento interno).

Sartori identifica, inicialmente, os seguintes tipos de sistemas partidários não competitivos: o de partido único (em que nenhuma outra agremiação pode existir) e o de partido hegemônico (em que outras agremiações são admitidas, mas como satélites assessórios do principal). Entre os sistemas competitivos, Sartori inscreve o sistema de partido predominante (no qual um partido governa sozinho, baseado no controle competitivo da maioria eleitoral, sem alternância de poder). Depois, o sistema bipartidário (no qual dois partidos competem com possibilidade factível de alternância no poder). Em seguida, os sistemas partidários com pluralismo (multipartidário, caracterizado pela necessidade de coalizões de partidos para formar maiorias), seja ele pluralismo limitado (devido à baixa fragmentação – até cinco partidos) ou extremado (mais de cinco partidos). Os sistemas multipartidários podem ainda ser moderados, caso o conjunto de partidos esteja aberto para formar coalizões variáveis, ou polarizado, caso os partidos formem coalizões que se excluem mutuamente¹. Uma última classe é a de sistemas em que a magnitude da presença partidária (mais de 10) leva o sistema à atomização.

No longo período que este estudo percorre, diferentes configurações do sistema partidário gaúcho são identificadas conforme surjam transformações entre os tipos acima referidos. Este esforço de periodização leva a seis diferentes momentos do sistema partidário no Rio Grande do Sul durante a República, sem considerar o sistema partidário que vigeu durante o Império.

2. Antecedentes: o sistema partidário na Regência e no Segundo Reinado

De acordo com Carvalho (1996, p. 184), partidos propriamente considerados só passaram a existir no Brasil a partir de 1837, quando o Partido Conservador (saquarema) e o Partido Liberal (farroupilha) organizaram grupos e entidades contrárias e favoráveis às políticas descentralizadoras adotadas durante a Regência. Em nível nacional, o autor destaca que o primeiro era uma aliança entre burocratas e os grandes comércios e lavouras de exportação, enquanto o segundo congregava profissionais urbanos e a agricultura de mercado interno, mais recente. Se no eixo centralização/descentralização as agremiações contrastavam,

¹ Esta classificação é uma redução radical dos argumentos e critérios estabelecidos por Sartori. Complementarmente, pode-se recorrer à abordagem sociológica da formação dos sistemas partidários com a noção de clivagens sociais, apresentada por Lipset e Rokkan (1992) em pesquisa sobre a Europa ocidental. Basicamente, os autores identificam sobre qual conflito social aparece a formação partidária. Por exemplo, os autores apontam as tensões entre centralização e descentralização causadas pelo processo de construção do Estado nacional, que deu lugar aos partidos conservadores e liberais, laicos e religiosos; ou as tensões entre o capital e o trabalho, causadas pela Revolução Industrial, que opunha as formações partidárias anteriores à emergência de comunistas, socialistas ou socialdemocratas.

quanto às reformas sociais (escravidão, direitos políticos, propriedade da terra) havia clivagens internas aos partidos. A liga do Partido Liberal e dissidentes conservadores no Partido Progressista (1864) levaria, após a queda do gabinete Zacarias em 1868, ao despontar de um novo Partido Liberal e outra agremiação mais radical – o Partido Republicano.

Piccolo (1974) aponta que já em 1852 – antes, portanto, do nacional Partido Progressista – no Rio Grande do Sul tinha lugar uma liga entre conservadores e liberais, enfraquecidos após a Revolução Farroupilha. Contra o agrupamento, seria fundada quase concomitantemente a contra liga, liberal progressista, não menos heterogênea. Por conta da falta de unidade interna, os partidos gaúchos se reorganizaram a partir de 1860, com a refundação do Partido Liberal histórico no estado, sendo que em 1868 se refunda o Partido Conservador. Tanto em nível nacional quanto no Rio Grande do Sul, em conjunto com o Partido Liberal passaram a se articular visões mais radicais quanto à escravidão e as liberdades políticas. Piccolo destaca a característica especialmente radical do Partido Liberal gaúcho permitiu que ele acolhesse os elementos republicanos que principiaram no estado, inclusive dando guarida para que candidaturas ligadas ao movimento (com as de Francisco Xavier da Cunha e Ramiro Barcelos), de forma que se retardou a formação de uma agremiação republicana gaúcha.

Os maiores líderes liberais após a queda do gabinete Zacarias, Gal. Manuel Luís Osório (o Marques do Herval) e Gaspar Silveira Martins, foram capazes de articular a visão mais radical dos liberais gaúchos com o apoio à monarquia. Mas o partido não estava isento de conflitos internos. Uma dissensão ocorreu com a discussão sobre a ampliação dos direitos políticos aos não católicos em 1879, durante o Gabinete Sinimbu, em que serviam Osório, contrário, e Silveira Martins, favorável (Piccolo, 1974, p. 98). Vencendo a noção conservadora, a maioria dos liberais gaúchos apoiaram Silveira Martins, que se torna o líder incontestado do partido após a morte de Osório. Assim, conforme Piccolo: “a força e o prestígio do partido liberal, empunhando bandeira reformista, impediram a proliferação das ideias republicanas. No fundo, em linhas gerais, a não ser pelo regime político defendido, liberais e republicanos se identificavam no Rio Grande do Sul” (Piccolo, 1974, p. 119). Apenas alguns anos mais tarde, com o Partido Liberal ocupando o poder no estado e mostrando pouca capacidade para as reformas que então defendia, é que o movimento republicano irrompe de sua coabitação.

3. Da hegemonia do PRR ao Pacto de Pedras Altas

Em 1882 foi fundado Partido Republicano Rio-Grandense (PRR), com uma plataforma descentralizadora e antimonárquica. O partido foi fundado jovens advogados, Júlio de Castilhos, Assis Brasil, Borges de Medeiros, Pinheiro Machado, e médicos, Carlos Barbosa, Fernando Abbot e Ramiro Barcelos, em geral filhos de estancieiros rio-grandenses. Ideologicamente, inspiravam-se no positivismo de Augusto Conte. O PRR se tornaria dominante durante a República Velha, sendo confrontado por antigos membros do Partido Liberal e republicanos dissidentes, em especial no Partido Federalista de 1892, fundado por Gaspar Silveira Martins, e seu sucessor Partido Libertador, de 1928.

Antes do Partido Federalista existiram outras agremiações de curta duração. A União Nacional foi fundada em 1890 por membros dos partidos monárquicos (Conservador e Liberal) e a União Republicana foi fundada por republicanos que dissentiram de Júlio de Castilhos, como Demétrio Ribeiro, Barros Cassal e Antão de Faria. Do ponto de vista ideológico o grupo de Demétrio Ribeiro pode ser considerado uma dissidência positivista do PRR castilhista, que lhe critica publicamente por suas condutas autoritárias e por suas práticas contraditórias. Para Pesavento (1988, p. 141) esta distensão da ala majoritária do PRR (castilhista) deveu-se não apenas ao componente ditatorial impresso no governo do Estado como a uma dinâmica de representação de interesses. O PRR de Júlio de Castilhos estava conectado aos setores urbanos médios e pecuarista, enquanto o grupo de Demétrio Ribeiro contaria com pequenos produtores e operários. Este apoio aos republicanos não-castilhistas estaria substancializado na posição do Centro Operário, formação de apelo mais restrito aos trabalhadores e com pretensões de organização partidária, que lançou indicações de nomes para a coligação União Republicana/União Nacional². Outra dissidência republicana, de conotação republicana liberal, centrou-se na figura de Assis Brasil e articulava ideias de reformar a Constituição Estadual e o próprio PRR. Esta dissidência possuía fortes bases na elite gaúcha e buscava associar-se ao republicanismo nacional (embora esta expectativa fosse frustrada em resultados práticos pela política de governadores) (Pinto, 1986, p. 322).

A coligação entre União Nacional e União Republicana deu lugar ao Partido Republicano Federal, em 1891. Este partido apoiou o “governicho”: a Junta governativa que sucedeu Júlio de Castilhos após o Golpe de 3 de Novembro de 1891, liderada pelo republicano Assis Brasil, e o breve governo do ex-liberal Visconde de Pelotas (II). O Partido Republicano Federal foi dissolvido logo após a retomada do governo por Júlio de Castilhos

² A clivagem entre capital e trabalho insere-se na política gaúcha ainda nos primeiros anos da República, por meio de agrupamentos mútuos que interagiam com as correntes republicanas. Um exemplo da precocidade desta relação é a publicação em 1890, pelo jornal oficial do PRR, do manifesto do Partido Operário, além de diversas interações nos anos seguintes entre republicanos e grupos ligados aos trabalhadores (Loner, 2010).

em 1892. Membros do Partido Republicano Federal aderem em seguida o Partido Federalista, sem a presença, contudo, de elementos republicanos como Demétrio Ribeiro e Assis Brasil. O Partido Federalista foi criado pelo antigo líder do Partido Liberal Gaspar Silveira Martins, articulando a defesa de um governo parlamentarista. Para Pinto (1986, p. 307) a oposição ao PRR castilhista não se unificou, pois a dissidência republicana – especialmente o grupo de Assis Brasil – não coadunava com a tese parlamentarista defendida pelo Partido Federalista, considerada reminiscência monarquista, bem como por suas ligações com famílias oligárquicas.

A consolidação do PRR no poder ocorreu com sua vitória sobre o Partido Federalista na Revolução Federalista de 1893-1895. Não cabe, no presente exercício, abordar de maneira mais profunda este momento histórico³. Após a revolução, o PRR atuou como partido hegemônico de um sistema partidário na prática não competitivo durante a República Velha, baseado no coronelismo e na fraude eleitoral, tendo vencido todas as eleições para presidente da Província e mantido a totalidade ou quase totalidade das cadeiras na Assembleia de Representante. Duas inovações partidárias em oposição ao PRR possuíram vida curta e não alcançaram representação parlamentar. O Partido Republicano Liberal foi fundado por dissidentes do PRR em 1895 e o Partido Republicano Democrático em 1907 (este articulado por Assis Brasil e Fernando Abbot, chegou a lançar a candidatura do último ao executivo provincial em 1908, sendo derrotado pelo PRR).

Após a chegada do Partido Federalista à Assembleia com um representante em 1913 e dois em 1917, o partido forma uma coalizão com republicanos contrários a Borges de Medeiros e ao PRR castilhista para o pleito de 1922. Lançaram como candidato à Presidência da Província Assis Brasil. As eleições daquele ano foram amplamente percebidas como fraudulentas e coagidas – o que se comprova com os indícios registrados de fraudes e violência nas eleições (Love, 1975, p. 142) –, levando no plano do executivo à terceira reeleição de Borges de Medeiros (PRR). Fechada a via eleitoral, a oposição recorre às armas em 1923. Com mediação do governo central, o conflito foi encerrado no mesmo ano com o Pacto de Pedras Altas. Dentre outras garantias para o exercício da oposição no estado, ficou

³ Ao discutir diversas interpretações lançadas pela literatura, Targa (2003) consolida a visão de que- a violenta guerra civil entre chimangos (PRR castilhista) e maragatos (federalistas) ocorre no processo de consolidação da autonomia do Estado. A *ditadura* republicana positivista instalada por Júlio de Castilhos instrumentalizou a guerra para assegurar a autonomia e, em última instância, o predomínio frente aos elementos privados detentores de maior poder político, econômico e militar que havia, até então, controlado o Estado e se levantava contra o governo estadual: os antigos poderes familiares, oligárquicos, do Rio Grande do Sul meridional. A busca desta autonomia estatal é condizente com o que Pinto (1986) identifica como um discurso sobre o exercício do poder ao mesmo tempo autoritário (nas eleições, nas liberdades individuais) e não-oligárquico (posicionado acima dos interesses em disputa, e não em imediata defesa dos interesses dos setores tradicionalmente dominantes).

estabelecido o veto a uma nova candidatura de Borges de Medeiros à presidência da Província.

4. Do Pacto de Pedras Altas ao Estado Novo

Com a abertura para o exercício de oposição, em 1924 é formada a Aliança Libertadora, que absorve o Partido Federalista e dissidentes republicanos, que em 1928 foi refundada como Partido Libertador (PL). Em 1927 Borges de Medeiros indica um republicano da nova geração, Getúlio Vargas, para sucedê-lo na presidência do Rio Grande do Sul sem que a Aliança Libertadora lance candidato para o pleito. Uma vez instalado no governo, Getúlio Vargas criara condições para uma aproximação com os libertadores (federalistas e republicanos dissidentes) a partir de uma política pragmática e disposta a ultrapassar as fissuras criadas em 1893 e 1923. Em 1929, PRR e PL articulam a Frente Única Gaúcha (FUG), como base estadual para a candidatura de Vargas à Presidência nacional no ano seguinte pela Aliança Liberal, e então para a tomada do poder central em 1930. A Revolução Constitucionalista de 1932 consolidou nova distensão do sistema partidário gaúcho. A FUG, liderada por Borges de Medeiros, adere à revolução contra Vargas e posteriormente se mantém como oposição ao governo central. Em contrapartida, apoiadores de Vargas no estado e do interventor Flores da Cunha formam o Partido Republicano Liberal (PRL). Flores da Cunha seria eleito governador em 1935.

No final dos anos 1920 outra inovação no sistema partidário corresponde à concretização de agremiações de apelo aos trabalhadores, dentro da lógica de uma clivagem capital/trabalho. A atuação de movimentos de operários (muitas vezes de maneira indistinta aos industriais) já estava presente nos primeiros momentos da República e relaciona-se diretamente com o PRR e suas cisões – como ressalta a anteriores referências ao Centro Operário e ao Partido Operário. Nos primeiros anos do século XX grupos comunistas, socialistas e anarquistas estavam mobilizados no estado em organizações como Federação Operária do Rio Grande do Sul (FORGS), fundada na esteira da greve de 1906. No entanto a tendência preponderante deste movimento era de auto exclusão da política eleitoral, ainda que desafiassem o governo republicano especialmente por meio de greves. O governo respondeu ora com inovações políticas e mediação, ora com o uso da força pela Brigada Militar. No plano político/eleitoral, Pesavento (1988, p. 194) destaca o esforço do PRR em atrair o operariado, inclusive com a criação da Liga Operária Republicana em 1923 – estratégia que

não foi bem-sucedida. Os republicanos castilhistas buscavam evitar a aproximação dos trabalhadores com Assis Brasil.

As experiências dos grupos políticos e das mobilizações grevistas deixaram um legado para a fundação de partidos políticos eleitorais ligados aos interesses do trabalho, dentro de uma conotação de classe social. A fundação do Partido Comunista Brasileiro (PCB), em 1922, contou com ativa participação gaúcha – que, inclusive, forneceu o primeiro secretário-geral da organização (Peixoto, 2006, p. 50). Em termos partidários/eleitorais, as primeiras incursões no Rio Grande do Sul de partidos de classe ocorreram em 1933, com a Liga Eleitoral Proletária (LEP), com apoio do PCB, e a lista Trabalhador Ocupa teu Posto. Em 1935 o PCB participa da fundação da Aliança Nacional Libertadora (ANL), com a participação de Luiz Carlos Prestes que, entre 1925 e 1927, liderou um movimento que percorreu o território nacional em oposição aos últimos presidentes da República Velha, a Coluna Prestes.

No campo ideológico contrário, já no início da década de 1930, organiza-se nacionalmente a Aliança Brasileira Integralista (AIB), movimento conservador, anti-comunista, de perfil nacionalista autoritário (anti-liberal), com alguma inspiração no fascismo italiano (Trindade, 1974). No Rio Grande do Sul, embora também lançasse propaganda em Porto Alegre, a AIB ganhou adeptos nas colônias alemã e italiana, atuando para a integração política de um contingente que se encontrava marginalizado (Cardoso, 2014, p. 71). De fato, Love (1975, p. 143) relata que a política nos municípios das colônias estava sob controle estrito do PRR e sob a vigilância repressora do governo estadual. Noll (1980, p. 250) atesta que em 1933 e, especialmente, em 1934, embora não elejam representantes, as novas agremiações conseguem retirar alguns votos dos partidos maiores (PRL, FUG): os grupos ligados aos trabalhadores realiza pequena votação em cidades com maior presença operária como Porto Alegre, Santa Maria, Pelotas e Rio Grande, enquanto a AIB arrebatava votos na zona colonial.

Nos últimos anos do período, com a eleição indireta de Getúlio Vargas para presidência do Brasil em 1934 (contra Borges de Medeiros), bem como devido à articulação da ANL, as contradições do sistema político gaúcho ficam mais claras (Noll, 1980, p. 8). A crescente oposição de Flores da Cunha contra Vargas, parte do PRL apoia o presidente em uma dissidência liberal, enquanto Flores participa da formação nacional da oposicionista União Democrática Brasileira (UDB) para eleição de 1938. Também a FUG, após se aproximar de Vargas, sofre baixas em 1937 favoráveis à oposição: Lindolfo Collor oficializa o Partido Republicano Castilhista (PRC), dissidência do PRR, e um grupo de libertadores

forma a Ação Libertadora. A eleição de 1938 não teria lugar, pois em 1937 Getúlio Vargas instaura o Estado Novo e proscree todos os partidos políticos do Brasil. No Rio Grande do Sul o PCB e a AIB mantêm organizações clandestinas, enquanto líderes ligados ao PRL e à FUG (republicanos e libertadores) continuam ocupando postos políticos.

5. A Democracia de 1945-1964

O sistema partidário que emergiria após o período de exceção seria profundamente diferente do que lhe antecedeu. Pela primeira vez, e por imposição de regra estipulada ainda sob Vargas, surgiram agremiações nacionais. Dois partidos foram formados pelos grupos ligados ao governo Vargas. O PSD foi estruturado nos estados a partir dos interventores nomeados pelo presidente, se tornando no Rio Grande do Sul depositário dos partidos governistas do período anterior (PRR e PRL), além de uma Ala Trabalhista formada por outros agentes do governo e líderes dos sindicatos de trabalhadores formados sob a tutela governamental. Principal novidade do sistema partidário pós 1945, o PTB (Partido Trabalhista Brasileiro) foi formado no Rio Grande do Sul pela dissidência de parte da Ala Trabalhista do PSD logo em 1945, no âmbito do quererismo e do apoio à candidatura presidencial de Vargas, e pelo líder da União Social Brasileira, Alberto Pasqualini – oriundo do antigo PL e secretário estadual durante o Estado Novo, desenvolve o trabalhismo teórico e programaticamente (Cánepa, 2005, p.107). Durante o período 1945-1964, o PTB passaria por um processo de efetivo enraizamento na sociedade brasileira e, também, entre os gaúchos – em especial em Porto Alegre e outros centros urbanos.

Outros partidos formaram-se em oposição ou independentemente dos esforços do governo Vargas. O principal partido anti-Vargas formado em nível nacional foi a União Democrática Nacional (UDN), a partir de setores participantes da Revolução Constitucionalista e excluídos do poder em seu governo. No Rio Grande do Sul, a UDN foi formada por antigos líderes republicanos ligados à FUG, inclusive Borges de Medeiros. Mas também contou com lideranças que romperam com Vargas posteriormente, como Flores da Cunha e Osvaldo Aranha. No entanto, a UDN foi eclipsada no estado pela retomada do Partido Libertador (PL), liderada por Raul Pilla, libertador que permaneceu na oposição de Vargas.

Um movimento a ser destacado no campo anti-Vargas decorre da situação especial do PSD no Rio Grande do Sul. Ao longo do período ocorreu a dissidência dos elementos getulistas presentes no PSD em apoio ao PTB, de maneira que o PSD gaúcho torna-se

“udenizado” e coliga-se com UDN, PL e PRP na Frente Democrática em 1958 e, posteriormente, na Aliança Democrática Popular (Trindade e Noll, 1991, p. 68-69). O rompimento dos getulistas com o PSD gaúcho ocorreu em três momentos: em 1945 com a já referida Ala Trabalhista do PSD; em 1946 rompem em direção ao PTB lideranças do PSD como José Loureiro da Silva (prefeito nomeado de Porto Alegre durante o Estado Novo); e a partir de 1949 forma-se o PSD Autonomista (PSDA) em favor da candidatura de Getúlio Vargas em 1950 e outros políticos ligados ao getulismo nas eleições estaduais e municipais subsequentes (Oliveira, 2008).

Dentre os grupos de esquerda não associados ao getulismo, pode-se referir ao PCB e ao Partido Socialista Brasileiro (PSB). Com a legalização do PCB, o partido pode participar das eleições de 1947, elegendo três deputados estaduais. Contudo, o partido seria em breve proscrito e o mandato de seus deputados na Assembleia Legislativa cassados pelos colegas. Resilientes, os comunistas voltam à política eleitoral gaúcha ocupando a sigla do Partido Republicano (PR) a partir de 1950 (Cánepa, 2005, p. 225). O PSB forma-se inicialmente como Esquerda Democrática, associada à UDN, dos quais se divorciariam já para as eleições de 1947, e alcançam o legislativo estadual em 1950 e 1954. No entanto, por falta de espaço político no estado, o PSB aproxima-se do bloco anti-PTB e acaba aderindo ao PL nas eleições de 1958. Parte do PSB forma, para eleição de 1962, a Aliança Republicana Socialista (ARS) junto com o PR encampado pelos comunistas.

Outros pequenos partidos possuem atuação eleitoral no período 1945-1964, considerando-se os pleitos para a Assembleia Legislativa gaúcha. Os integralistas da AIB, que formaram o Partido da Representação Popular (PRP). O Partido Democrata Cristão (PDC) e o Partido Social Progressista (PSP), fortes em outros estados – especialmente em São Paulo – elegeriam deputados ao longo do período e participariam da Aliança Democrática Popular. Em 1959 lançava-se o Movimento Trabalhista Renovador (MTR), oficializado no ano seguinte, com maior representatividade no Rio Grande do Sul do que nos outros estados. O MTR foi fundado por Fernando Ferrari, principal figura que no trabalhismo dissentia da consolidação de Leonel Brizola e João Goulart como líderes do PTB, tendo sido expulso do partido após candidatar-se à vice-presidente pelo PDC em 1960 (Bastos, 1981).

Como demonstram Xausa e Ferraz (1981), Trindade (1981) e Trindade e Noll (1991), as eleições ocorridas entre 1950 e 1962 apresentam uma tendência de polarização entre PTB e PSD. O usual apoio de PL e UDN ao PSD consolidaria um bloco “conservador-liberal”, anti-PTB. Para Trindade (1981) a dinâmica entre este bloco “conservador-liberal” em antagonismo

com o bloco “populista” (PTB, PSB, PSP, MTR) deu lugar à polarização política no período, sem espaço para uma terceira força (PDC ou PRP). De fato, nas eleições para Assembleia Legislativa observa-se durante todo o período o crescimento eleitoral dos trabalhistas e a perda de importância eleitoral do grupo anti-PTB⁴. Se o afastamento do PDS do legado getulista (o PSD “udenizado”) for lido, como parece ser o caso, enquanto enfraquecimento do centro político em um processo de polarização nos extremos (PTB e anti-PTB), o Rio Grande do Sul apresenta de maneira prematura um processo que ocorreria em âmbito nacional. No Congresso ocorreu o esvaziamento dos partidos de centro (PSD em especial) e crescimento do partido de esquerda (PTB) após o governo Kubitschek (Santos, 2003, p. 250).

6. O bipartidarismo durante o regime militar (1966-1979)

Em 1964 um golpe de estado depõe o presidente João Goulart (PTB) e instaura a ditadura militar que só deixaria o poder em 1985, com eleições indiretas, pelo Congresso Nacional, para Presidência da República. O sistema partidário foi frontalmente atacado com expurgos das casas legislativas de parlamentares que possuíam algum apelo junto às camadas populares dos eleitores. Já em 1963 iniciaram-se as cassações de mandatos, por iniciativa dos próprios parlamentares, e a partir dos Atos Institucionais números 1 e 2 (AI-1 e AI-2) de 1964 e 1965, respectivamente, o regime escancarou a suspensão de direitos políticos e cassações de mandatos. Durante a Legislatura 1963-1967 da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, foram cassados – e presos – 14 dos 23 deputados eleitos pelo PTB, um dos quatro deputados do MRT e o único deputado eleito pela ARS, permanecendo as demais bancadas intocadas (PSD, PL, PDC, PRP e UDN).

A prática de cassações foi mantida durante o período, seja por motivos ideológicos ou simplesmente como arma política quando as eleições traziam resultados desfavoráveis ao regime. Além deste expediente, o cerceamento dos direitos de reunião, da liberdade de manifestação e de imprensa, do devido processo legal e dos remédios constitucionais,

⁴ Os autores se referem a um “bipartidarismo de fato” no Rio Grande do Sul, termo que parece não ser preciso para o quadro. Uma interpretação mais ampla de um sistema bipartidário pode considerar aqueles nas quais as forças além dos dois partidos centrais não possuem capacidade de coalizão, sendo, portanto desprezíveis (Sartori, 1982, p. 145). Sartori afirma: “temos um formato do bipartidarismo sempre que as coalizões forem desnecessárias” (Sartori, 1982, p. 214.), inclusive aplicada para o presidencialismo (ver nota 88). Este não é o caso do Rio Grande do Sul entre 1945-1966, pois em nenhum momento o PTB ou o PSD conquistou maioria na Assembleia Legislativa, e em todas as eleições para Governador do Estado os votos dados para as terceiras forças são superiores à diferença dos dois principais competidores (com exceção da de 1958, em que competiram apenas duas chapas). Portanto, os partidos menores mantiveram capacidade de fazer coalizão e foram influentes no período. Disso ainda dá prova o comportamento de PSB, PRP e PSP, que ora se coligaram com o PTB, ora com o PSD, ora lançaram candidatura própria ao governo. Durante o período mostraram suficiente capacidade de coalizão, como o PRP ao barganhar o apoio aos seus candidatos ao Senado em troca do apoio ao candidato ao executivo, por exemplo.

descharacterizam os pleitos ocorridos até 1985 como democráticos, do ponto de vista da competitividade entre os atores políticos ou do exercício de oposição. O sistema partidário brasileiro sofreria, ainda, com profunda transformação imposta pelo AI-2 e outras peças legais promulgadas pelo regime: a extinção dos partidos existentes e a imposição de um sistema bipartidário. Os dois partidos nacionais que nascem deste processo são o governista Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e o oposicionista Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Esboçando o processo que ocorreu no estado, na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, a totalidade de deputados do grupo PSD, PL, PDC, PRP e UDN aderiu à ARENA – com exceção de Paulo Brossard, do PL. Ao MDB acorreram os deputados não cassados do PTB e do MRT. A imposição do bipartidarismo teria o condão, para Xausa e Ferraz (1981) e para Trindade e Noll (1991), de consolidar a polarização já em curso no período anterior entre, de um lado, o PTB e grupos próximos e, de outro, o conjunto das legendas conservadoras⁵.

Volte-se a destacar, contudo, que o expurgo dos mandatos de políticos ligados aos setores populares (que no Rio Grande do Sul atingiu 60% da bancada do PTB na Assembleia), quando não de sua liberdade e da própria vida, atingiu em cheio o PTB em nível nacional e minou as oportunidades do exercício de oposição tanto no Brasil quanto no estado. Este processo traumático, assim como a vigência do sistema bipartidário durante treze anos, permitiu o apagamento das antigas legendas em âmbito nacional e a estabilização das agremiações artificialmente criadas – se não como partido consolidados, ao menos como expressão legítima da dinâmica situação/oposição e, no caso do MDB, enquanto plataforma para políticos individuais capazes de interagir com os movimentos sociais e contestatórios emergentes⁶. A própria dinâmica social do período não poderia deixar de trazer importantes efeitos políticos. Conforme dados dos Censos do IBGE a taxa de urbanização passou, entre

⁵ Como destacam Xausa e Ferraz (1981), a migração dos políticos do sistema multipartidário para o MDB e a ARENA é um pouco, mas não muito, mais complexa do que isso. Nas primeiras eleições sob o novo sistema, três candidatos deputados estaduais pela lista da ARENA eram filiados ao MRT (meros de 3%, e nenhum dos quais eleito), mas nenhum ao PTB ou à ARS. Em relação ao MDB, já se considerando uma sublegenda dissidente da ARENA em função da eleição indireta para o governo do Estado, 12% dos candidatos a deputado estadual pertenciam anteriormente ao conjunto PSD/PL/PSP/PDC/UDN (e apenas um deles foi eleito). Em âmbito extraparlamentar, para o Diretório Regional da ARENA não houve contribuição do PTB e apenas a insignificante adesão de um ex-membro do MTR (e, ao partido, alguns vereadores deste grupo). No Diretório Regional do MDB ingressaram 10 membros do PSD (ligados ao ex-presidente Juscelino Kubitschek e dissidentes da linha predominante no Rio Grande do Sul) e 3 do PDC (ligados ao líder paulista Franco Montoro, mais progressista do que a linha do PDC no estado). Assim, os membros do Diretório Regional do MDB não provenientes do PTB/MRT alcançavam apenas 13% do conjunto, além do apoio de pequenos grupos dissidentes do PSD e do PDC. Como também destaca Canepa (2005 p. 384), as intensas migrações entre os partidos durante o período estavam consolidando os dois blocos políticos.

⁶ A este respeito, para o MDB de São Paulo, consultar Cardoso (1981).

1960 e 1980, de 45% para 68% da população brasileira e o analfabetismo da população maior de 15 anos caiu de 40% para 25% no mesmo período. O Brasil que emerge da ditadura, portanto, é diferente daquele na qual ela se instalou.

7. A abertura ao pluripartidarismo em 1979 e a consolidação do sistema partidário gaúcho na Nova República

A partir das eleições de 1974, o MDB passa a apresentar melhor desempenho eleitoral e desafiar a manutenção da base parlamentar do regime. Em resposta, em 1979 as amarras do bipartidarismo são erguidas, em um movimento lido como tentativa do regime de enfraquecer a oposição a partir da fragmentação do MDB. O regime ainda lançaria mão de diversas outras interferências na organização dos partidos e no processo eleitoral com a intenção de favorecer seu grupo de apoio, o que também dificultou a consolidação das agremiações no período inicial de abertura para o pluripartidarismo (Kinzo, 1990). Nas primeiras eleições estaduais após a restauração do multipartidarismo, em 1982, quatro agremiações lançaram candidaturas à Assembleia Legislativa gaúcha, as quais corresponderam a chapas nas eleições para Governador do Estado. O Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) e o Partido Democrático Social (PDS) seguiram-se, respectivamente, ao MDB e à ARENA. Com o retorno do ex-governador Leonel Brizola do exílio, figura proeminente do antigo PTB, foi organizado o Partido Democrático Trabalhista (PDT). Dos 31 deputados estaduais gaúchos do MDB na legislatura de 1979-1983, 18 aderiram ao PMDB e 13 ao PDT.

PDS, PMDB e PDT expunham tanto o acúmulo político da dinâmica situação/oposição do sistema bipartidário quanto ecos remanescentes dos partidos da democracia 1945-1964. Não obstante, é necessário relativizar a força destas heranças para o sistema partidário da Nova República. Com base em pesquisa realizada em Porto Alegre, Baquero (1988) interpreta o apoio conquistado pelo MDB como parte da dinâmica de polarização do eleitorado em um contexto favorável à oposição ao regime, e não propriamente como desenvolvimento de lealdade partidária a ser aproveitada pelo PMDB. A divisão do MDB entre PMDB e PDT, apontada pelas adesões na Assembleia Legislativa, também impactou no eleitorado: dos que se identificam com o MDB em 1978, 41% passaram a preferir o PMDB e 32% o PDT (Baquero, 1988, p. 23).

Em termos nacionais, interpreta-se que os partidos extintos em 1966 possuíram pouca influência na reestruturação do pluripartidarismo – com a exceção do PDT (Mainwaring, 1999, p. 132). No Rio Grande do Sul o legado trabalhista parece ter desempenhado um peso relevante na reestruturação partidária da abertura (possível fruto de um PTB mais fortemente

identificado com o legado de Vargas, em razão da já analisada dissidência do PSD). Tal legado esta presente na criação do PDT, mas também em importantes lideranças provenientes do antigo PTB que dissentiram de Brizola e permaneceram no PMDB – como Pedro Simon e Siegfried Emanuel Heuser (presidente do PTB estadual em 1964) (Aydos, 1988, p. 70).

Ao lado deles, apresentou candidaturas nas eleições de 1982 o Partido dos Trabalhadores (PT), inovação política que marcaria a trajetória do sistema partidário na Nova República. A principal fonte do PT encontra-se nos movimentos sindicais que eclodiram durante a abertura política, unificando a crítica ao regime militar e à situação econômica, que renovaram o sindicalismo brasileiro. Nesse contexto atuou a liderança de Luiz Inácio Lula da Silva, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema, em São Paulo. Outros setores que constituíram o partido foram pequenos grupos de esquerda ligados ao movimento estudantil e grupos progressistas católicos, inclusive associados ao sindicalismo rural (Keck, 1991; Singer, 2001). Com desempenho eleitoral modesto em 1982, o PT conquistaria representação na Assembleia Legislativa em 1986 e a partir de 1998 tornar-se-ia a maior bancada do parlamento gaúcho (ano em que também elegeu o governador do Estado).

Em 1986 quatro novos partidos passaram a competir nas eleições estaduais. Os históricos PCB e PSB, presentes antes do golpe de 1964, voltaram à atividade reabsorvendo membros que permaneceram no PMDB após a abertura. Reflexo da dinâmica do Colégio Eleitoral que elegeu Tancredo Neves (PMDB) presidente do Brasil em 1985, parte do PDS seccionou-se no Partido da Frente Liberal (PFL) em apoio ao referido candidato. No Rio Grande do Sul, cinco deputados estaduais aderiram ao PFL durante a legislatura 1983-1987. Outro desdobramento do PDS originou o Partido Liberal (PL), inicialmente em São Paulo, sendo que no Rio Grande do Sul permaneceu eleitoralmente marginal. Ressalta-se que este partido não guarda relação com o antigo Partido Libertador.

8. O sistema partidário após 1990

Em 1990 cinco novas agremiações participam das eleições gaúchas. Refletindo a crise da União Soviética, parte majoritária do PCB cria o Partido Popular Socialista (PPS). Dois partidos formam-se a partir do PMDB, em parte como resposta ao insucesso da presidência de José Sarney. O Partido Comunista do Brasil (PCdoB) – dissidência comunista da década de 1960 – finalmente concorre por sua própria legenda, após atuar na luta armada contra o regime militar e, desde o final da década de 1970, disputar eleições coabitando o MDB e o PMDB (Figueiredo, 2008). O Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) foi fundado

em 1988, por um setor progressista do PMDB, também interessado em melhores opções para disputa eleitoral, especialmente no estado de São Paulo (Roma, 2000). No Rio Grande do Sul, apenas uma deputada estadual deixa o PMDB para aderir ao PSDB durante a legislatura de 1987-1991.

O quarto partido que estreia em eleições para Assembleia em 1990 é o PTB. Sigla do trabalhismo anterior ao AI-2, foi refundada por lideranças do antigo partido em São Paulo em 1980. No Rio Grande do Sul, embora já presente em nível municipal, recebe densidade eleitoral com a filiação de Sérgio Zambiasi em 1988 (então deputado estadual eleito pelo PMDB). Por fim, merece registro o efêmero Partido da Renovação Nacional (PRN), que abrigou a candidatura vitoriosa de Fernando Collor à Presidência da República e alcançou votação considerável para a Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul de 1990, embora sem eleger representante e tornando-se em breve irrelevante.

Entre 1994 e 2002 outras 17 pequenas legendas passam a atuar nas eleições gaúchas, no entanto nenhuma delas conseguiu eleger um deputado para a Assembleia. Deste conjunto, apenas o Partido Verde (PV) alcançou o parlamento estadual (em 2014), mas muitas continuam em atividade. Outros partidos foram refundados sob novas siglas, dentre os quais se destaca a mudança do PDS para Partido Progressista Renovador (PPR), Partido Popular Brasileiro (PPB) e, finalmente, Partido Progressista (PP). Duas movimentações partidárias importantes ocorreram neste período, embora não tenham resultado na criação de novas legendas. Em 2000, em decorrência das eleições municipais, o PDT rompeu com o governo de Olívio Dutra (PT) e isto motivou migrações do primeiro para o segundo – dentre as quais a de Dilma Rousseff, então secretária estadual (Coutinho, 2010). Em 2001 um grupo de lideranças do PMDB, incluindo o ex-governador Antonio Britto e o senador José Fogaça, migrou para o PPS em busca de maior espaço nas eleições de 2002 (Gerchmann, 2001).

No pleito de 2006, primeira eleição geral após a chegada do PT ao Governo Federal, passa a competir o Partido Socialismo e Liberdade (PSOL). Este partido foi criado por membros do PT inconformados, especialmente, com a reforma da previdência iniciada pelo governo Lula em 2003. Além desta inovação, o PFL dá origem ao Democratas (DEM), enquanto o PL dá origem ao Partido da República (PR). Nas eleições de 2010 a única inovação relevante é o Partido Republicano Brasileiro (PRB), que elege deputados estaduais nesta e na eleição seguinte. Em nível nacional, o partido é alçado por líderes do antigo PL e associados a igrejas (especialmente a Igreja Universal do Reino de Deus) (Oro e Mariano,

2009). No Rio Grande do Sul a legenda passa a incorporar lideranças evangélicas de outros partidos, durante a legislatura 2007-2011 atrai um deputado estadual do PPS.

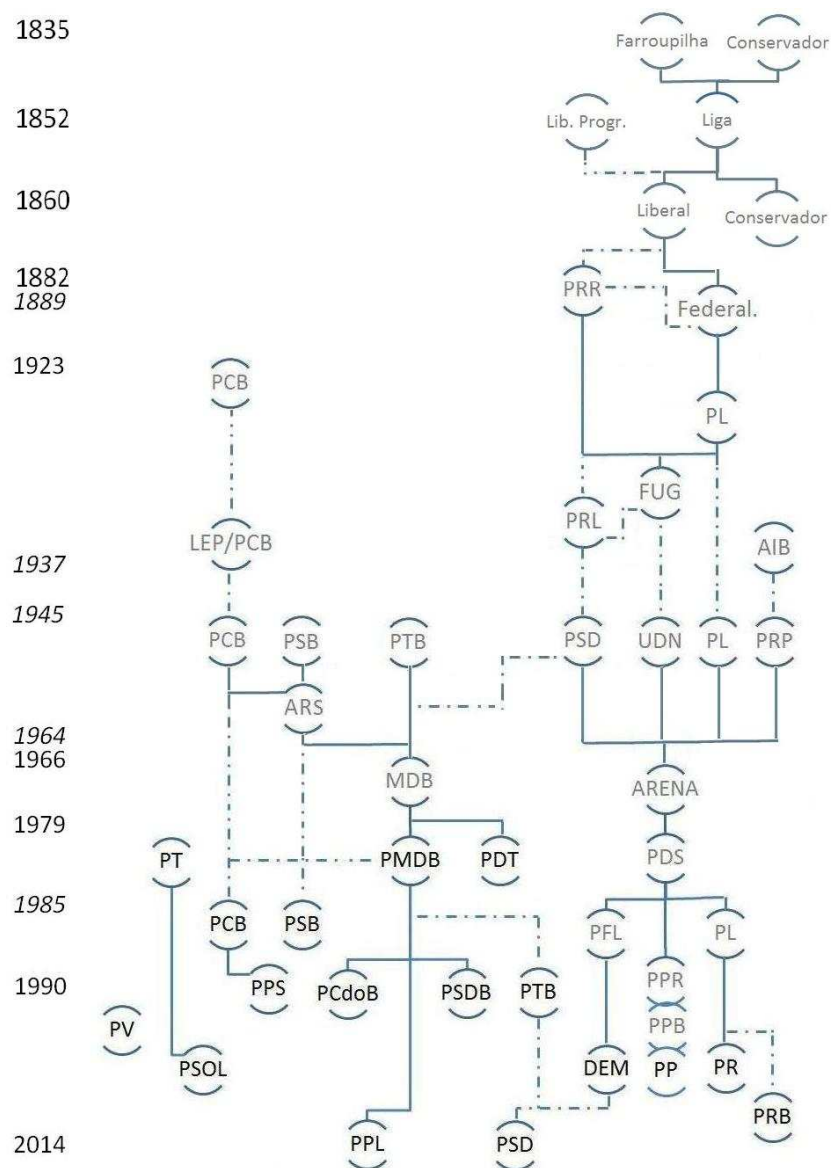
Nas eleições de 2014 cinco novas agremiações políticas passam a disputar as eleições estaduais, das quais duas levam deputados à Assembleia. O Partido Pátria Livre (PPL) é fundado por membros do PMDB que reivindicam ligação com o Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR8), dissidência do PCB formada no movimento estudantil que combateu na luta armada o regime militar. A ressurreição da legenda PSD, capitaneada por lideranças paulistas do DEM que buscavam aproximação, em nível nacional, com o governo da presidente Dilma Rousseff (PT), atrai no estado também membros do PTB.

9. Os seis sistemas partidários gaúchos na República (1889-2015)

A trajetória de desenvolvimento dos sistemas partidários do Rio Grande do Sul remonta à Revolução Farroupilha, no período Regencial, perpassa o Segundo império e adentra na República. Mesmo graves interrupções do processo eleitoral, como a própria proclamação da República em 1889, o Estado Novo em 1937 e o golpe militar em 1964, não tiveram o efeito de apagar contornos partidários mais ou menos estruturados na política gaúcha. A Figura 1 procura sistematizar – com o risco evidente de simplificar amiúde – o percurso realizado descritivamente nesta pesquisa, apresentando as relações entre as antigas agremiações e aquelas que às sucederam.

Os partidos formados nas clivagens da descentralização do poder central e na formação do Estado gaúcho (Farroupilha/Liberal e Conservador; PRR e Federalista/Libertador) dominam a paisagem até o primeiro quarto do século 20, momento em que a clivagem entre capital e trabalho inicia a pressionar o sistema político (seja com a inauguração do PCB ou com as transformações que seguem na esteira do governo Vargas). Após a primeira grande ruptura do sistema partidário republicano, com o Estado Novo, o PTB reforça de maneira determinante a presença da clivagem capital/trabalho no sistema partidário. A atração de grupos getulista do PSD para o PTB gaúcho é a única conexão clara entre os partidos que se formam a partir da clivagem capital/trabalho e aqueles formados nas tensões que lhe antecederam. Com o AI-2 do regime militar, MDB e ARENA artificialmente consolidam o sistema partidário brasileiro e também o gaúcho, em que pese em nível estadual a dicotomia PTB e anti-PTB já possuir função estruturante em um sistema ao mesmo tempo pluripartidário e polarizado.

Figura 1 – Diagrama do sistema partidário do Rio Grande do Sul, 1835-2014

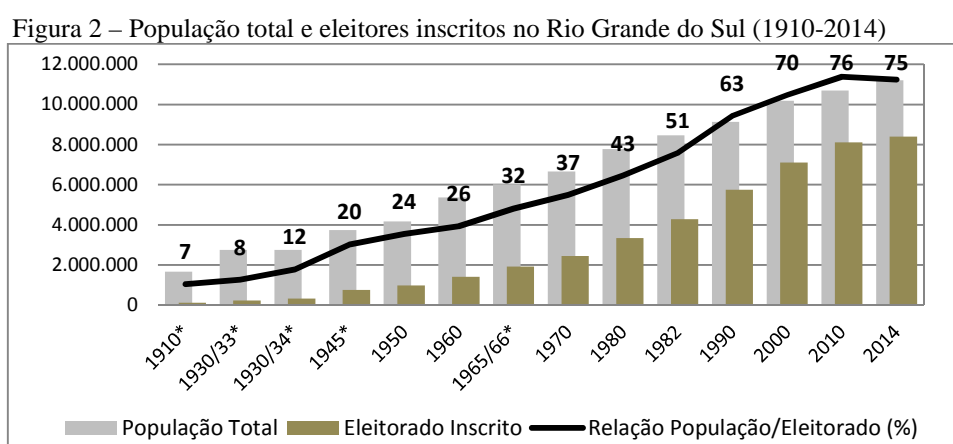


Elaboração do autor.

Na Nova República reaparecem as divisões antes elididas, mas não diretamente relacionadas com as agremiações da democracia de 1945-1964. Se o PDT busca retomar o PTB getulista, sua herança seria necessariamente dividida com o PMDB. A única agremiação relevante de origem extraparlamentar (cujo surgimento ocorre na sociedade, e não no seio da representação parlamentar existente) pós 1979 é o PT, que ocorre à margem das ramificações partidárias anteriores.

A longa trajetória do sistema partidário gaúcho pode ser dividida, em seu período republicano, em seis diferentes sistemas partidários. A partir dos elementos analíticos introdutoriamente abordados, dois elementos básicos para caracterização dos sistemas

políticos são sua inclusividade e sua abertura para oposição ou competitividade. Em conjunto, dizem respeito à capacidade das pessoas fazerem sua voz presente no debate político de maneira isonômica. Em uma análise restrita ao sistema partidário, que não perfaz sozinho todas as condições de uma política democrática ou aberta – embora seja elemento, na prática atual, essencial – esses dois critérios podem ser resumidos em dois indicadores. O primeiro, sobre a inclusividade dos cidadãos na política, é a simples medida de qual fração da sociedade possui autorização para participação eleitoral. A Figura 2 apresenta este indicador para o período 1910-2014, aplicado ao Rio Grande do Sul.

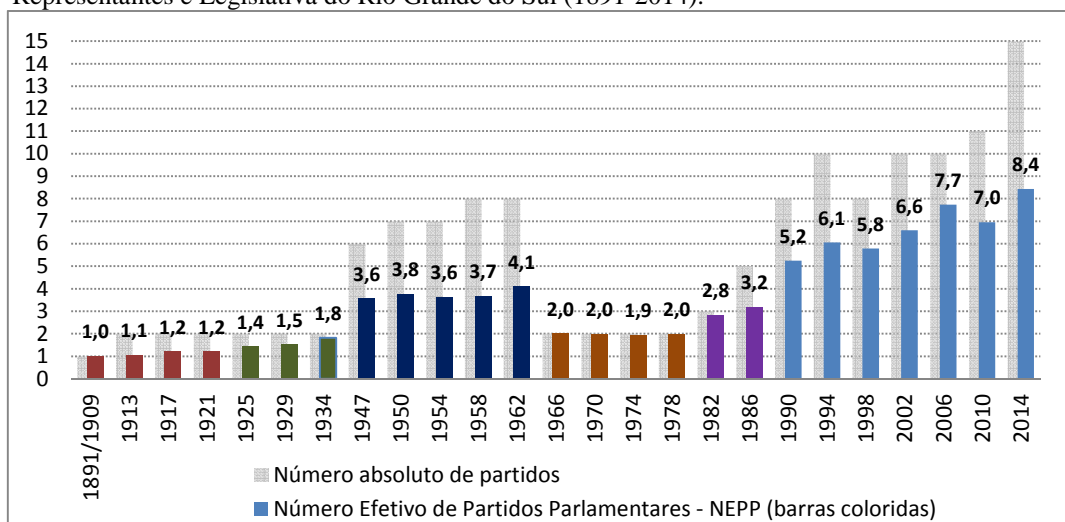


Elaboração própria. Fonte: IBGE (Estatísticas do Século XX), TSE (Estatísticas eleitorais). *População total estimada.

Como se pode perceber, a inclusão político das pessoas como cidadãos/eleitores no sistema político do Rio Grande do Sul ocorreu lentamente, ao longo de todo o século 20. De fato, até o período final do regime militar o eleitorado não perfazia a metade da população gaúcha. Índices muito baixos são lidos na República Velha e até 1934, e uma expansão restrita observou-se durante a democracia de 1945-1964. Quando do golpe, cerca de um terço dos gaúchos estavam inscritos como eleitores. Na redemocratização a proporção de eleitores avança rapidamente e, a partir dos anos 2000 atinge 70% de inclusão. Não cabe aqui explorar as razões deste desenvolvimento, podendo-se destacar que alguns processos macrossociais, como a urbanização, a alfabetização, a expectativa de vida e a taxa de natalidade, são favoráveis ao crescimento do contingente proporcional de eleitores. Do ponto de vista institucional, o voto das mulheres (1932) e dos não alfabetizados (1985) foram duas grandes inovações favoráveis à inclusão. Deixa-se de abordar aqui outra dimensão da inclusão política, a de participar ativamente – lançar candidaturas –, a qual, todavia, apresenta um quadro bastante mais restritivo.

O segundo critério a ser observado (abertura para competição, dissensão ou exercício de oposição) pode ser analisado, sob o critério estrito do sistema partidário, a partir do número absoluto e do número efetivo de partidos parlamentares (NEPP)⁷ presentes no legislativo gaúcho e das observações históricas levantadas na pesquisa anterior. É patente que um sistema unipartidário, como o existente entre 1891 e 1909, não oferece condições para a contestação pública via agremiações políticas, mas um *limiar* de presença da oposição no qual a dissensão fosse assegurada já é mais difícil de ser fixado, ou justificado. Daí a necessidade de interpretar cada situação a partir de evidências conjunturais. A Figura 3, abaixo, apresenta o número absoluto e o NEPP na Assembleia de Representantes e na Assembleia Legislativa gaúcha nas eleições compreendidas entre 1891 e 2014, destacando nas cores das barras os seis sistemas que foram identificados.

Figura 3 – Número absoluto e número efetivo de partidos parlamentares (NEPP), Assembleia de Representantes e Legislativa do Rio Grande do Sul (1891-2014).



Elaboração própria. Fontes dados brutos: Soares e Erpen (2013), TSE, TRE-RS.

O primeiro sistema partidário após a Proclamação da República identifica-se pela hegemonia do PRR, com quase ausência ou quase ausência de oposição parlamentar. As eleições do período eram fortemente não competitivas, ou seja, controladas em suas condições e resultados pelo partido do poder. O ponto de ruptura ocorre com a Revolução de 1923 e o

⁷ O NEPP é dado pela seguinte fórmula: $N = 1/\sum_{i=1}^n P_i^2$, na qual “P” é a fração de cadeiras obtidas pelo partido “n” sobre o total de cadeiras da casa legislativa (Laakso e Taagepera, 1979). O sentido do cálculo é ponderar o tamanho parlamentar dos partidos, não considerando apenas a sua presença no parlamento. Por exemplo, dizer que a Assembleia de Representantes de 1913 possui dois partidos, quando o Partido Federalista possuía apenas uma cadeira, e compará-la com a Assembleia Legislativa de 1966, quando MDB e ARENA possuíam respectivamente 28 e 27 cadeiras, como se observa, não faz muito sentido. Logo, é importante ponderar o tamanho dos partidos ou a fragmentação da casa legislativa. Deve-se ressaltar, contudo, que a aplicação da fórmula não coaduna estritamente com a contagem de partidos proposta por Sartori (ver nota 5).

Pacto de Pedras Altas, que inicia uma abertura do sistema para participação da oposição. O efeito em termos de presença de dissensão no parlamento gaúcho é evidente: o NEPP passa de 1,2 em 1921 para 1,4; 1,5 e 1,8 nas eleições seguintes, mostrando uma tendência de fortalecimento da competição nas eleições e no parlamento. A experiência culminada no bipartidarismo parlamentar (PRL e FUG) é interrompida pelo Estado Novo.

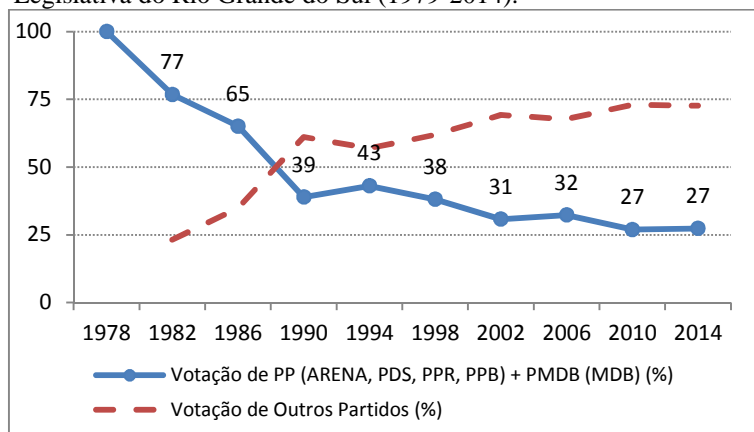
Já o sistema partidário gaúcho posterior à redemocratização de 1945 mostra-se claramente competitivo, verificando-se um pluripartidarismo entre o limitado e o extremado. O número de partidos varia entre seis e oito, em uma tendência de crescimento. O NEPP, que permaneceu inferior a quatro partidos até 1958, aumentou um pouco em 1962 (sobretudo com a cisão do MTR). Se isto poderia indicar uma tendência de fragmentação, não se pode confirmar devido à interrupção pelo golpe de 1964 e a extinção dos partidos em 1966. A literatura destaca, de qualquer forma, a polarização do sistema multipartidário do período, com a formação de coalizões pró e anti-PTB, em que pese a presença de partidos menores capazes de transitar entre estes grupos.

Durante a ditadura militar o NEPP na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul manteve-se no esperado dois partidos, com exceção de 1974 em que a expressiva vitória do MDB desequilibrou a balança bipartidária. Entretanto, no que concerne à competitividade do sistema partidário, deve-se considerar que ela era cerceada pela presença da ditadura. Não apenas nas condições de sua realização (cassação de direitos políticos, restrição às liberdades individuais), mas também em seu resultado, pois o regime se autorizou a mudar a composição do parlamento com a cassação de mandatos e a alteração da composição da Assembleia, desvirtuando a manifestação do eleitorado. Não se pode falar, neste sentido, na existência razoável de disputa pelo poder no contexto do regime de 1964 (nem nos contornos já reduzidos de um governo subnacional). O bipartidarismo acaba se tornando, neste contexto, não competitivo – o que levaria à semelhança de um sistema de partido hegemônico.

Em relação ao sistema partidário do Rio Grande do Sul, o período que decorre após a abertura para o pluripartidarismo (1979) pode ser compreendido em duas fases. A primeira é uma fase de transição, de saída do bipartidarismo, que compreende a abertura do regime militar e o processo de redemocratização, insculpido no movimento derrotado de Diretas Já e a eleição indireta do Presidente em 1985, a Assembleia Nacional Constituinte de 1987-1988, as eleições estaduais de 1982 e 1986, findando com a eleição direta para a Presidência da República de 1990. A segunda ocorre após esta marca, com um sistema partidário que – se não pode-se dizer estável – já não apresenta as tenções de saída do bipartidarismo forçado. A

Figura 4 apresenta o percentual de votos obtidos pela ARENA e MDB (e sucedâneos diretos) em comparação com as demais agremiações, nos pleitos para Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul.

Figura 4 – Votação (%) de partidos selecionados: Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul (1979-2014).



Elaboração do Autor. Fontes: TSE, TRE-RS.

Em 1982 e 1986 PMDB e PDS mantêm mais de 60% do sufrágio para a Assembleia Legislativa, caindo para menos de 40% em 1990. Após esta fase de rápida perda de importância eleitoral das antigas legendas do bipartidarismo, entre 1990 e 2014, se a tendência ainda é de perda relativa de importância, ela ocorre em um movimento bastante mais comedido. O NEPP também denuncia esta duas tendências, pois até 1986 o indicador alcança o valor moderado de 3,2. Já em 1990 extrapola para 5,2 e perfaz uma tendência predominante de crescimento, chegando a impressionantes 8,4 partidos efetivos em 2014. O salto no NEPP de 1986 para 1990 é o mais significativo de toda a República, o que, juntamente com a inversão de importância eleitoral de PMDB/PDS em relação aos demais partidos, parece indicar o fim da transição do bipartidarismo, em que vigeu um pluripartidarismo limitado, para um pluripartidarismo extremado.

Mais do que isso, as eleições de 1982 e 1986 revelaram um perfil multipartidarismo moderado, sem polarização e com três principais partidos – PMDB, PDS e PDT. Após 1994, com o crescimento eleitoral do PT, o padrão de polarização presente na década de 1960 parece ressurgir, desta vez com coligações pró e anti-PT. Tal circunstância fica mais clara nas eleições para o Governo do Estado, todas elas disputadas por este tipo de coalizões, embora seja destacável a presença de diversidade de opções no campo anti-PT. Logo, pode-se estar diante de um pluripartidarismo extremado/polarizado no período atual.

Chama atenção, por fim, a tendência presente em todo período pós 1979 de aumento no número de partidos na Assembleia Legislativa e correspondente fragmentação do sistema partidário parlamentar. Sobre a impressionante cifra de 15 partidos da Assembleia eleita em 2014, pesa o sucesso dos pequenos partidos em escapar da barreira do cociente eleitoral mínimo por meio de coalizões com agremiações maiores ou entre eles. Cinco partidos adentraram na Assembleia em 2015 nesta situação. A fragmentação mensurada pelo NEPP não aumenta na mesma medida, considerando que sete partidos conquistam uma única cadeira cada, mas de qualquer forma chega-se ao elevado valor de 8,4 partidos efetivos no parlamento gaúcho. Esta situação, que se aproxima da atomização, levanta o problema sobre em que medida o sistema partidário terá capacidade de trabalhar, em termos de articulação de interesses e discussão de soluções para os desafios políticos do Estado e da sociedade gaúcha.

Conclusão

A guisa de conclusão, pode-se ressaltar as características essenciais identificadas em cada um dos seis sistemas partidários que se sucederam na história política do Rio Grande do Sul. Ressalta-se, entretanto, que este é um exercício provisório, que demandaria um esforço maior de pesquisa sobre os aspectos ideológicos e da relação competitiva entre as agremiações políticas em cada fase para fornecer uma fotografia mais segura das regras de competição entabuladas em cada sistema. O Quadro 1 sumariza as características dos seis sistemas, conforme os elementos apresentados introdutoriamente.

Quadro 1 – Os seis sistemas partidários do Rio Grande do Sul na República (1889-2014)

- | |
|---|
| <ol style="list-style-type: none">1) Sistema partidário da República Velha, anterior ao Pacto de Pedras Altas (1889-1923): não inclusivo, não competitivo de partido único ou hegemônico (PRR).2) Sistema partidário de após o Pacto de Pedras Altas até o Estado Novo (1924-1936): não inclusivo, competitivo de partido predominante (PRR até 1930, PRL após), tendente ao multipartidarismo.3) Sistema partidário da democracia de 1945-1965: não inclusivo, competitivo, sistema multipartidário limitado, mas polarizado.4) Sistema partidário do regime militar (1966-1978): não inclusivo e, atipicamente, sistema bipartidário não competitivo (sem alternância factível).5) Sistema partidário da redemocratização (1979-1989): inclusivo, competitivo, multipartidarismo limitado e moderado.6) Sistema partidário da democracia após 1990: inclusivo, competitivo, multipartidarismo extremado e polarizado (tendente à atomização?). |
|---|

Elaboração própria.

A inclusão política é uma das dimensões constitutivas dos regimes democráticos (poliarquia), embora não existam critérios rígidos para identificar uma democracia. De qualquer forma, de acordo com os dados da Figura 1, descobre-se que apenas a partir de 1982

o alistamento eleitoral superou 50% da população, sendo esta marca positiva para se considerar o sistema político inclusivo. Em 1990, após a abertura do sistema para os não alfabetizados, certamente a inclusão política no Brasil e no Rio Grande do Sul tornou-se característica fundamental da democracia. Destaca-se, ainda, que o alistamento eleitoral obrigatório parece forçar o limiar para o caso brasileiro além do de países em que o alistamento é discricionário.

A tendência ao multipartidarismo está inscrita no sistema político gaúcho, seja pelas tensões presentes tão logo o sistema abre-se para contestação (Pedras Altas), ou pelo expressivo número de partidos que despontam após as aberturas de 1945 e de 1979. Fora de uma estratégia artificial (1966-1979), parece pouco factível a existência de competição bipartidária. Com a polarização política presente tanto no sistema de 1945, quanto no pós 1990, pode-se investigar uma tendência à instabilidade do sistema político gaúcho e seus efeitos institucionais sobre a política pública gerida no nível do Estado. O desenvolvimento mais duradouro do atual período democrático apresenta tensões, inclusive, condizentes à atomização do sistema partidário.

A reconstrução da história do sistema partidário do Rio Grande do Sul, esboçada mas não concluída no presente artigo, permite que o estudo dos atuais desafios da política gaúcha sejam colocados em perspectiva. Relações não exploradas neste trabalho, como a conexão do sistema estadual com o nacional, certamente possuem um impacto central sobre as relações do mercado partidário gaúcho. Outras inferências sobre a estrutura social, econômica e geográfica do comportamento político também poderiam ser ajuntadas para desenvolver as interpretações concernentes a cada sistema partidário identificado. Em que pesem os limites de uma análise introdutória à periodização dos sistemas partidários gaúchos, como a apresentada, este exercício torna-se relevante na consolidação do conhecimento e das interpretações sobre os partidos e a vida política do Rio Grande do Sul para além dos problemas mais imediatos. Colocar em perspectiva histórica a atual conjuntura partidária estadual, bem como a brasileira, parece ser um procedimento necessário para o sucesso das interpretações e de eventuais iniciativas que visem ultrapassar os desafios políticos contemporâneos.

Referências Bibliográficas

AYDOS, Eduardo Dutra. **As Eleições de 1982 no Rio Grande do Sul**. Texto para Discussão (Mestrado em Ciência Política, UFRGS), n. 3, jul., 1988. 74 p.

- BAQUERO, Marcelo. **O Multipartidarismo e o Realinhamento Eleitoral no Rio Grande do Sul nas Eleições de 1982**. Texto para Discussão (Mestrado em Ciência Política, UFRGS), n. 2, jul., 1988. 41 p.
- BASTOS, Suely. A Cisão do MTR com o PTB. In. Fleischer, David V. (org.). **Os Partidos Políticos no Brasil**. Volume 1. Brasília: UNB, 1981.
- CÁNEPA, Mercedes Maria Loguercio. **Partidos e Representação Política**. Porto Alegre: UFRGS, 2005.
- CARDOSO, Fernando Henrique. Os Partidos Políticos e a Participação Popular. In. Fleischer, David V. (org.). **Os Partidos Políticos no Brasil**. Volume 2. Brasília: UNB, 1981. P. 47-66.
- CARVALHO, José Murilo de. **A Construção da Ordem. Teatro de Sombras**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1996.
- COUTINHO, Paula. Saída dos dissidentes do PDT completa uma década. **Jornal do Comércio**, Porto Alegre, 14 abr. 2016. Disponível em: <http://jcrs.uol.com.br/site/noticia.php?codn=35413>. Acesso em: 10 fev. 2016.
- DAHL, Robert A. **Poliarquia: Participação e Oposição**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1997.
- FIGUEIREDO, César Alessandro Sagrillo. **A Relação dos PC's com o MDB-PMDB no Cenário da Transição e as Eleições de 1982 no RS**. (Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal do Rio Grande do Sul). Porto Alegre, 2009, 145 p.
- GERCHMANN, Léo. PMDB racha no Sul. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 22 de set. 2001. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u24982.shtml>. Acesso em: 10 fev. 2016.
- KECK, Margaret E. **PT A Lógica da Diferença: o Partido dos Trabalhadores na Construção da Democracia Brasileira**. São Paulo: Ática, 1991.
- KINZO, Maria DÁvila Gil. O quadro partidário e a Constituinte. In. Lamounier, Bolívar (org.). **De Geisel a Collor: o balanço da transição**. São Paulo: IDESP, 1990. P.105-134.
- LAAKSO, Markku. TAAGEPERA, Rein. "Effective" Number of Parties: a measure with application to West Europe. **Comparative Political Studies**, v. 12, n. 1, p. 3-27, abr. 1979.
- LIPSET, Seymour Martin. ROKKAN, Stein. Estruturas de clivagem, sistemas partidários e alinhamentos de eleitores. In. LIPSET, Seymour Martin. **Consenso e Conflito: Ensaio de sociologia política**. Lisboa: Gradiva, 1992. p. 161-259.
- LONER, Beatriz Ana. **O projeto das ligas operárias no Rio Grande do Sul no início da República**. Anos 90, Porto Alegre, v. 17, n. 31, p. 111-143, jul. 2010.
- LOVE, Joseph L. **O Regionalismo Gaúcho**. São Paulo: Perspectiva, 1975.
- NOLL, Maria Izabel. **Partidos e Política no Rio Grande do Sul (1928-1937)**. (Dissertação de Mestrado em Ciência Política, Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Política e Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul). Porto Alegre, 1980. 317 p.
- NOLL, Maria Izabel. TRINDADE, Héliogio. **Estatísticas Eleitorais Comparativas do Rio Grande do Sul: 1945-1994**. Porto Alegre: UFRGS, Assembléia Legislativa, 1995.
- OLIVEIRA, Lisiane Medianeira. **O PSD no Rio Grande do Sul: o diretório mais dissidente do país nas "páginas" do Diário de Notícias**. (Tese de Doutorado, Programa de Pós-

- Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul). Porto Alegre, 2008. 280 p.
- ORO, Ari Pedro. MARIANO, Ricardo. Eleições 2010: Religião e Política no Rio Grande do Sul e no Brasil. **Debates do NER**, Porto Alegre, ano 10, n. 16, p. 9-34, jul./dez. 2009.
- OSÓRIO, Joaquim Luís. **Partidos Políticos no Rio Grande do Sul: período republicano**. Porto Alegre: Assembléia Legislativa, 1992.
- PEIXOTO, Artur Duarte. **Da Organização à Frente Única: a repercussão da ação política do Partido Comunista do Brasil no Movimento Operário Gaúcho (1927-1930)**. (Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul). Porto Alegre, 2006. 259 p.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. **A burguesia gaúcha: dominação do capital e disciplina do trabalho**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. **A trajetória do Parlamento Gaúcho**. Porto Alegre: Assembléia Legislativa, 1992.
- PICCOLO, Helga Iracema Landgraf. **A Política Rio-grandense no II Império (1868-1882)**. Porto Alegre: UFRGS, 1974.
- PINTO, Céli Regina J. **The Positivist Discourse of the Republican Party of Rio Grande do Sul: a successful political Project in the Brazilian Old Republic**. (Tese de Doutorado, School of Comparative Studies. Dois volumes.). Colchester, 1986. 378 p.
- ROMA, Celso. A Institucionalização do PSDB entre 1988 e 1999. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 17, n. 49, junho 2002. P. 71-92.
- SANTOS, Wanderley Guilherme dos Santos. **O Cálculo do Conflito**. Belo Horizonte: UFMG, 2003.
- SARTORI, Giovanni. **Partidos e Sistemas Partidários**. Brasília: UnB, Zahar, 1982.
- SINGER, André. **O PT**. São Paulo: Publifolha, 2001.
- SOARES, Débora Dornsbach. ERPEN, Juliana. (Orgs.). **O Parlamento Gaúcho: da Província de São Pedro ao Século XXI**. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, 2013.
- TARGA, Luiz Roberto Pecoits. 1893: interpretações da guerra. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 24, n. 1, p. 127-150, 2003.
- TINDADE, Hélió. **Poder Legislativo e Autoritarismo no Rio Grande do Sul: 1891-1937**. Porto Alegre: Sulina, 1980.
- TRINDADE, Hélió. Eleições e Partidos no Rio Grande do Sul: do Sistema Multipartidário à Criação do Bipartidarismo (1950-1976). In. FLEISCHER, David V. (org.). **Os Partidos Políticos no Brasil**. Volume 2. Brasília: UNB, 1981. P. 190-234.
- TRINDADE, Hélió. **Integralismo: o fascismo brasileiro na década de 30**. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1974.
- TRINDADE, Hélió. NOLL, Maria Izabel. **Rio Grande da América do Sul: Partido e Eleições (1823-1990)**. Porto Alegre: UFRGS, 1991.
- XAUSA, Leônidas. FERRAZ, Francisco. O Surgimento do Bipartidarismo no Rio Grande do Sul e nas Eleições de 1966. In. FLEISCHER, David V. (org.). **Os Partidos Políticos no Brasil**. Volume 2. Brasília: UNB, 1981. P. 145-189.